

CARTA AOS CANDIDATOS E ÀS CANDIDATAS AO PLEITO ELEITORAL DE 2018

A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) é um fórum onde estão mobilizadas mais de 3.000 (três mil) organizações da sociedade civil que atuam na região semiárida brasileira. Ao longo da nossa trajetória, que completa 20 anos em 2019, optamos e temos atuado na construção de um projeto político de convivência com o Semiárido e valorização de seu povo, garantindo igualdade, democracia, equidade, justiça e oportunidades para todos e todas.

Quando falamos em Semiárido e convivência com o mesmo, o fazemos na palavra que nos é concedida por dezenas de anos de vivência com agricultores e agricultoras, aprendendo com eles/as como se convive com o bioma e o que não serve para conviver. Fazemo-lo também autorizados pelas valiosas e bem sucedidas experiências de convivência, reconhecidas pelo mundo inteiro. A ASA criou, propôs ao governo e tem implementado o **Programa Um Milhão de Cisternas para o Semiárido** (P1MC), destinado a abastecer de água potável, via armazenamento de água da chuva, as casas das famílias; programa assumido como política pelo Governo Federal e, hoje, com cisternas implementadas nas residências de mais de 1.250.000 (um milhão e duzentas e cinquenta mil) famílias o que significa beneficiar cerca de 06 milhões de pessoas com acesso à água potável, fruto de nossa experiência e capacidade de construir políticas. E, também, o **Programa Uma Terra e Duas Águas** (P1+2), destinado a captar água da chuva para produção de alimentos e dessedentação de animais. Até hoje, foram implementadas cerca de 200.000 unidades, fruto também de nossa proposição e execução.

Há o **Programa Cisternas nas Escolas**, destinado a abastecer escolas no Semiárido, que deixam de funcionar por falta de água para as crianças (cerca de 10.000 cisternas implementadas). Estas três iniciativas se transformaram em política pública, regulamentada por lei, denominada PROGRAMA CISTERNAS, sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Ressalte-se que o P1MC, sob iniciativa da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e da ASA, está sendo implementado na África, região do SAHEL, tendo as primeiras unidades sido construídas. Trata-se de experiência brasileira e do Semiárido, analisada e buscada por países do exterior e ali implementadas sob nossa orientação. Igualmente sob coordenação da ASA, desenvolve-se no Semiárido brasileiro o **Programa Sementes do Semiárido**: a maior experiência brasileira de resgate, guarda e distribuição comunitária de sementes crioulas, por meio de mais de 1.000 (mil) bancos comunitários de sementes. Iniciativa ímpar de cuidados com a biodiversidade. Todas estas iniciativas da ASA contaram e contam com apoio do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Fundação Banco do Brasil (FBB), além de outros parceiros.



Infelizmente, estas iniciativas foram golpeadas, atualmente, com o corte de mais de 80% do seu orçamento. É a partir destas experiências e desta proposta de convivência efetiva com o Semiárido, que queremos dialogar com os senhores/as, candidatos e candidatas a Deputados/as Estaduais, Deputados/as Federais, Senadores/as, Governadores/as de Estado e Presidente/a da República.

O Semiárido brasileiro ocupa uma área de cerca de 1 milhão de Km², possuindo uma população de 26 milhões de habitantes. Via de regra, o Semiárido é apresentado como uma região seca, com pouca ou nenhuma chuva, local até mesmo inóspito, inviável e de povo pouco ou não inteligente. Culpa-se ou responsabiliza-se a natureza pela pobreza existente no Semiárido, naturalizando um fenômeno que é resultado das opções políticas de governantes e da sociedade. Afirma-se que não chove e, em decorrência deste fato, não há água suficiente para a vida e para a produção de alimentos e, deste modo, fica impossibilitado o bem viver. Nestas afirmações residem várias falácias em relação ao Semiárido. A região como um todo não é desértica e nem imprópria à vida. Possui alta diversidade ecológica e pluviosidade média variando entre 300mm a 800mm no ano, superior a outras regiões áridas e semiáridas no mundo.

A escassez de água é resultado de chuvas concentradas em determinados períodos do ano; ou, em alguns momentos da história, por longos períodos sem chuva, aliados à ausência ou processos inadequados de armazenamento e a não distribuição democrática da água, gerando concentração da mesma para alguns poucos e sede para a maioria. Soma-se a isso a falta histórica de políticas públicas voltadas para a população mais afetada pelo problema, que é a população rural e pobre que vive longe das sedes municipais. Exemplo disso é o desprezo dedicado pelos Governos à experiência da Agência Nacional de Águas (ANA) que mapeia, minuciosamente, mananciais que podem abastecer cidades do Semiárido na sua totalidade. Ao invés disso, preferiu-se a megalômana transposição do Rio São Francisco, destinada a repetir projetos e processos já implementados no Semiárido de caráter excludente.

É preciso reconhecer que no Semiárido brasileiro já existem áreas com sinais extremos de degradação, os chamados Núcleos de Desertificação. Tais impactos também não são decorrentes da seca, mas sim dos modos inadequados de uso e exploração da região, como desmatamento, uso predatório dos rios e da terra, prática de queimadas, contaminação dos solos com agrotóxicos, entre outros, assim como de políticas inadequadas que só contribuíram com a concentração de terra, água e poder.

O clientelismo político, aliado do coronelismo, que imperou secularmente na região, aprofundou as desigualdades socioeconômicas e a concentração fundiária, implementando soluções com gigantismo e ineficiência, alimentadoras da “indústria da seca” e que, efetivamente, não mudaram a realidade na região na perspectiva de criar oportunidade para todos e todas. A pobreza, a fome e a miséria ainda existentes no Semiárido, deste modo, não são processos naturais, e sim políticos.



No seio destes processos históricos, no entanto, geram-se também as contradições, questionamentos e construções diferentes. Assim é que, nas últimas décadas, vêm sendo construídas, gradativamente, outras concepções para ver, trabalhar e construir o Semiárido, como fruto de ações da sociedade civil, alguns órgãos de pesquisa e de estudiosos e estudiosas. Essa mentalidade está baseada no reconhecimento de que seu povo é cidadão, que a seca não se combate, de que é essencial e possível conviver com a semiaridez, que a região é viável, desde que a ela sejam dirigidas políticas adequadas, enfatizando-se a perspectiva de gênero e a necessidade de uma educação contextualizada. Nasce, assim, a perspectiva da Convivência com o Semiárido, ao invés do velho e carcomido “combate à seca”.

Conviver com o Semiárido significa valorizar seu povo, sua cultura, seu modo de ser e de viver, seu protagonismo. É assumir seu povo na sua imensa diversidade de raças, etnias, gerações, identidades de gênero e orientações sexuais. É assumi-lo, especialmente, como construtor e senhor de sua própria história, sem perder de vista processos fundamentais, como: a política de estoque de água, sementes e alimentos, garantindo vida digna e saudável para as pessoas e também contribuindo com a conservação da sociobiodiversidade; e, por outro lado, valorizando elementos outros como educação contextualizada, conservação da Caatinga, querer bem a natureza, cultura.

Nos últimos anos, na linha desta concepção, implementaram-se muitas práticas, programas e políticas de convivência com o Semiárido, muito embora se tenham também alimentado as velhas práticas de combate à seca.

Implementaram-se políticas democráticas de captação, armazenamento e distribuição da água; programas de armazenamento e distribuição de sementes, valorizando as variedades crioulas e enfatizando-se as sementes vegetais; experiências de assistência técnica baseadas na Agroecologia e crédito mais adequados ao Semiárido; programas de compra e venda da produção dos/das agricultores e agricultoras familiares, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); alimentação escolar; seguro safra; bolsa estiagem; construção e funcionamento de escolas técnicas, apoio para que filhos/as de agricultores/as frequentem universidades e outras várias medidas que iam compondo o conjunto denominado de convivência com o Semiárido.

Com isso, a fome, a marginalização e a miséria, o desrespeito ao seu povo, a negação do direito à água e à vida se afastaram do Semiárido de forma contundente.

Prova disso é o fato de que vivemos nos anos anteriores uma das secas mais drásticas da região sem que houvesse uma só morte humana decorrente da seca, sem que se repetissem as escabrosas Frentes de Trabalho e se acentuasse o fluxo migratório para o Sul.





Nos últimos dois anos, porém, vivenciamos a desconstrução destas e de outras políticas, representando um retrocesso de até 30 anos na garantia dos direitos, ameaçando os frutos da caminhada da convivência com o Semiárido, deixando a população desesperançada quanto ao futuro da região e trazendo à tona o fantasma da indústria da seca e, pior, o retorno da miséria e da fome.

As ações atualmente desenvolvidas no Semiárido negam a vida e concentram cada vez mais renda e poder nas mãos de poucos. Um exemplo claro para nós que fazemos a ASA são os cortes na política de acesso à água, mais especificamente no Programa Cisternas, na ordem de 90%, ao que se somam cortes violentos nas políticas de educação, saúde, programas de economia solidária, dentre outros.

Os recursos da Política de Segurança Alimentar e Nutricional foram reduzidos para menos de 16%, incluindo os Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Mais de 1,1 milhão de famílias foram excluídas do Programa Bolsa Família, fenômeno que atinge de modo muito forte o Semiárido. Este corte representa 4,3 milhões de pessoas atingidas, sendo a maioria crianças. Todos esses elementos juntos estão levando a um aumento de 52,5% na quantidade de famílias em situação de pobreza.

Não é esse o Semiárido que queremos. Não é esse o Brasil que queremos!

Queremos um país para todos e todas e que não se interesse em acumular bens para alguns, mesmo que para isso seja necessário destruir a natureza e nossos semelhantes.

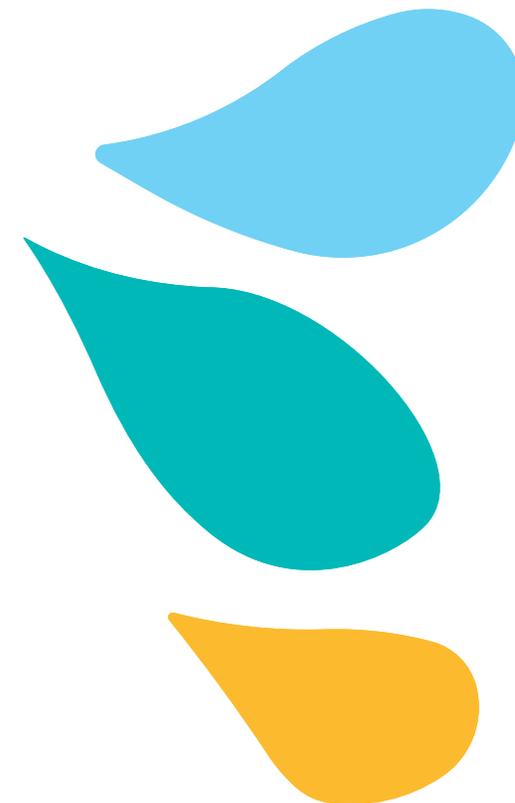
Eleições, se democráticas e livres, são oportunidades de redirecionamentos e/ou reafirmações nas políticas que regem o destino das nações.

Nós, integrantes da ASA, entendemos ser necessário um redirecionamento drástico e profundo. Não é mais possível a condução do Brasil por meio destas políticas concentradoras, geradoras de exclusão e de morte. Entendemos que não se pode continuar tratando o Semiárido com políticas e estratégias que excluem seu povo e negam, ao mesmo, oportunidades.

Desta forma, explicitamos elementos que avaliamos essenciais serem assumidos por aqueles e aquelas que, no Parlamento, nos Governos dos Estados ou na Presidência da República, se propõem a dirigir, democraticamente, os destinos do povo brasileiro:



- a) É preciso que o Poder Executivo e o Poder Legislativo estejam comprometidos com todas as pessoas e com o bem viver, de maneira que suas atuações reflitam os interesses de todos/as os/as brasileiros e brasileiras, e não apenas de uma minoria. Entendemos que o papel dos/das governantes não pode ser aquele de cortar/diminuir direitos e, sim, garanti-los.
- b) Democracia não é apenas ter direito ao voto. Faz-se necessário que os governos dialoguem com a sociedade civil, garantindo e referendando espaços de controle social; que garantam à população a real possibilidade de interferir nas políticas públicas.
- c) Queremos governantes que se comprometam efetivamente com o desenvolvimento sustentável do Semiárido e com a convivência com o mesmo. Isso significa ações sistêmicas, constantes e continuadas, e não pequenos projetos destinados ao engodo de seu povo.
- d) A posse da terra no Semiárido continua extremamente concentrada, o que inviabiliza a convivência. Como condição básica para a existência da convivência, necessário se faz o acesso à terra. É urgente a garantia do acesso à terra, assim como a garantia da permanência das populações do Semiárido em seus territórios, hoje ameaçados pelo agro e hidronegócio e os grandes projetos.
- e) É essencial a implementação de uma política de convivência com o Semiárido, com recursos da União e dos Estados, que tenha como base os conhecimentos e a vivência dos seus povos e que seja fundamentada, antes de tudo, em processos e práticas de estocagem, garantindo para todos e todas, especialmente aos/às mais excluídos/as, água em seus múltiplos usos; uma política de acesso, valorização e preservação das sementes crioulas; alimentos para as pessoas e para os animais; respeito e cuidado com a natureza, reconhecendo a importância da Caatinga e do Cerrado; além de uma educação que leve em consideração o contexto local e que estimule a permanência dos/das jovens no campo.
- f) É urgente uma política que democratize e universalize o acesso à água para consumo humano. É inadmissível que, nos dias atuais, ainda tenhamos pessoas que só têm à disposição água contaminada, que ainda precisa ser dividida com os animais; ou ainda que dependem de favores políticos para ter acesso à água. Essa é uma imagem do passado e que queremos que permaneça nele.
- g) Entendemos ser urgente a derrubada da Emenda Constitucional (EC) 95, que congela investimentos sociais, especialmente em educação e saúde, durante 20 anos. Com ela é impossível garantir à população brasileira o acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), oferecendo cuidado integral e resolutivo em todos os níveis de atenção, assim como a educação será cada vez mais deteriorada. Os povos do Semiárido têm direito a uma educação gratuita, em todos os níveis e de qualidade. Referimo-nos, de modo especial, à educação contextualizada, que considera as especificidades da região.



- h) É preciso valorizar a agrobiodiversidade, tendo como base a agricultura familiar e camponesa, estimulando as experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos animais e vegetais, especialmente àquelas que envolvam os cultivos e o manejo de raças e variedades locais e tradicionais.
- i) Propomos a estruturação e organização de sistemas produtivos e de comercialização, baseados em uma economia solidária e criativa, acompanhados por redes de assistência técnica que tenham a Agroecologia como princípio e geradora de práticas sustentáveis, sem perder de vista linhas de financiamento, incentivo econômico e fiscal que possibilitem a autonomia dos empreendimentos, dando enfoque à inclusão de mulheres, jovens e populações tradicionais.
- j) Propomos a criação/manutenção de políticas que privilegiem as especificidades das mulheres, reconhecendo seus saberes e que contribuam com sua auto-organização e autonomia, sem perder de vista a necessidade de políticas de combate à violência contra as mulheres, que cresce a cada dia.
- k) Propomos a recuperação e ampliação do Programa Cisternas, em sua tríplice iniciativa (P1MC, P1+2 e Programa Cisternas nas Escolas), e do Programa Sementes do Semiárido.
- l) Propomos, para o abastecimento do Semiárido e de suas cidades, a utilização de iniciativas tipo ATLAS DO NORDESTE, elaborado pela Agência Nacional de Águas (ANA).

Propomos um Semiárido onde pulse a vida, onde seu povo seja respeitado e efetivamente protagonista de sua história e caminho, onde seus saberes e fazeres sejam fundamentais e sejam os elementos essenciais da construção do caminhar, onde os direitos e a inclusão sejam as molas mestras de nossa ação, onde todos e todas tenham reais oportunidades de vida e de ser gente, exercitando a cidadania.

Assim como somos chamados a votar e escolher nossos/as governantes, sentimo-nos também chamados a fazer o controle social das ações dos senhores e senhoras, confrontando diuturnamente vossas práticas com o ideário da justiça, da equidade, dos direitos, da segurança alimentar, do enfrentamento às mudanças climáticas e do bem viver.

De modo especial, estaremos alerta para quais políticas se implantam e são propostas para o Semiárido, pois o queremos como um lugar de vida e não de morte e desolação.

A ASA se coloca também à disposição para o debate destas questões e para a construção, de modo coletivo, destes ideários e práticas, de sorte a tornar o Semiárido cada dia mais digno dos/das seus/suas filhos e filhas.

Semiárido Brasileiro, 03 de setembro de 2018

Coordenação Executiva da Articulação Semiárido Brasileiro

